



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

**Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências**

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Direitos humanos, segurança pública e sistema jurídico

Violências do Estado e os impactos na vida de mulheres do conjunto de favelas da Maré

Eblin Joseph Farage¹

Marcos Paulo Henriques Maricato²

Náthaly D'Almada do Espírito Santo³

Tirza Costa de Castro⁴

Resumo: O presente relato de experiência versa sobre projeto de extensão e pesquisa desenvolvido com mulheres vítimas de violências do Estado, em especial, vítimas da violência armada, residentes no conjunto de favelas da Maré no Rio de Janeiro. Referenciando na educação popular e na pesquisa ação, o trabalho realiza oficinas de temas variados, a partir das demandas e interesses das mulheres, quinzenalmente no território da Maré. Na busca de contribuir para a ampliação do direito à cidade, o projeto desenvolve atividades culturais e em universidades, contribuindo para ampliar a percepção de direitos das mulheres, assim como impulsionar ações de incidência política e organização coletiva por direitos e reconhecimento das desigualdades vividas por parte do poder público.

Palavras-chave: mulheres; violência de estado; extensão universitária; favela

State Violence and Its Impact on the Lives of Women in the Conjunto de favelas da Maré

Abstract: This case study focuses on an outreach and research project conducted with women who have been victims of state violence, particularly victims of armed violence, residing in the Conjunto de favelas da Maré in Rio de Janeiro. Drawing on popular education and action research, the project conducts workshops on a variety of topics, based on the women's needs and interests, every two weeks in the Maré. In an effort to contribute to the expansion of the right to the city, the project organizes cultural activities and university-based initiatives, helping to broaden women's awareness of their rights, as well as to promote advocacy efforts and collective organizing for rights and recognition of the inequalities they face by public authorities.

Keywords: women; state violence, university extension; favela

Marco teórico

O presente relato de experiência se refere ao trabalho de pesquisa e extensão, desenvolvido junto a um grupo de mulheres, intitulado Mulheres em Movimento da Maré, que acontece no conjunto de favelas da Maré na cidade do Rio de Janeiro, através da

¹ Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social, professora da Escola de Serviço Social da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFF, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE). farage.eblin@gmail.com

² Assistente social e mestrando em Serviço Social PPGSSDR/UFF. marcosmaricato@id.uff.br

³ Graduanda em Serviço Social na ESS/UFF e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE). nathalydes@id.uff.br

⁴ Graduanda em Serviço Social na ESS/UFF e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE). tirzacastro@id.uff.br

parceria entre o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE) da UFF e uma organização não governamental do território da Maré, chamada Redes da Maré.

Localizada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, o território da Maré é composto por 15 favelas situadas às margens da Baía de Guanabara, sendo cortada por três das principais vias de circulação na cidade: Av Brasil, Linha Amarela e Linha Vermelha. Sua constituição remonta a década de 1940, no contexto de criação da Avenida Brasil (1946), sua localização próxima da área central da cidade, no caminho para zona norte e próximo a zona sul, a fazem estar em uma posição geográfica privilegiada, além de estar no caminho do aeroporto internacional da cidade.

Possuindo cerca de 140 mil habitantes, o bairro da Maré é considerado o mais populoso do município do Rio de Janeiro, representando 9% da população residente de favelas. Segundo a Redes da Maré (2026), seus habitantes são compostos majoritariamente por mulheres (51%), pessoas pardas e pretas (62,1%) e jovens com menos de 30 anos (51,9%). Sua população conta com forte presença nordestina (18,3%) devido aos intensos fluxos migratórios da década de 1940 em busca de melhores condições de vida e trabalho. Esse movimento foi marcado pela construção de palafitas sobre o manguezal, tornando-se a marca da origem de suas favelas.

Apesar da localização, o território desde o início é ocupado por população de baixa renda, sendo marcadamente espaço de moradia de migrantes nordestinos e negros, em busca de melhores condições de vida. Sua constituição social é marcada pelo pauperismo e precárias políticas públicas para a região, mesmo a Maré ocupando o status de bairro, desde 1994, sua ocupação é realizada de forma desordenada, e com precários investimentos do poder público.

O trabalho objeto deste relato, vem sendo desenvolvido desde 2023, e tem como foco, mulheres vítimas de inúmeras violências do Estado, marcadamente vítimas da violência armada. Inicialmente o grupo reunia apenas mulheres vítimas da violência armada do Estado, mas com o tempo, por conta da compreensão de que o Estado é o agente principal de violação de direitos nos territórios de favela, e que essas violências são múltiplas e diversas, o grupo foi se ampliando. As primeiras integrantes do grupo eram participantes do coletivo Mães da Maré, que assim como dezenas de outros coletivos, se organizaram diante da violência armada do Estado que abateu sobre suas famílias, com o assassinato de entes queridos. Hoje, o grupo é formado por mulheres que perderam entes para a violência armada, mas também mulheres com outros históricos de

violação de direitos, como a negligência médica, o não acesso à educação formal, o desemprego e a violência armada dos grupos locais do varejo de drogas.

O objetivo dos trabalhos realizados é contribuir para processo formativo e de mobilização das mulheres, tratando a partir da perspectiva coletiva, dimensões da vida cotidiana e contribuindo para que participem de espaços coletivos de forma organizada e preparada para tratar das dimensões da vida cotidiana na favela. Esse processo é realizado a partir de encontros periódicos, quinzenalmente, com temas construídos a partir das demandas do grupo, que visam tratar de aspectos relacionados a direitos, políticas públicas, participação popular, mobilização, cultura e arte, questão racial e de gênero, tendo como horizonte a construção de incidência política junto ao poder público, para o atendimento das demandas cotidianas das mulheres.

O trabalho desenvolvido no conjunto de favelas da Maré, tem como referencial teórico, o materialismo histórico e dialético. Partindo da análise de totalidade, a pesquisa e o projeto de extensão desenvolvidos junto ao grupo Mulheres em Movimento na Maré, compreende a favela, como parte da cidade, rechaçando teorias como a da cidade partida e a lógica do morro x asfalto, que coloca os distintos territórios em uma constante condição de guerra e oposição.

Na busca de compreender a conformação do território da favela como parte integrante da cidade, o trabalho desenvolvido utiliza como categoria analítica o desenvolvimento desigual e combinado, em diálogo com Trotsky (2007).

Considerando que o capitalismo se desenvolve de forma desigual, nas diferentes partes do mundo, mas de forma combinada para usurpar de cada país o que este pode oferecer para o desenvolvimento capitalista, seja força de trabalho, mercado consumidor, matéria prima, riquezas etc., compreendemos que a lógica do desenvolvimento do capital, que passa, na particularidade brasileira, por 300 anos de escravidão e pelo desenvolvimento tardio da indústria, impacta a conformação das cidades.

Assim, avançamos no diálogo com David Harvey (2004), que apresenta o conceito de desenvolvimento geográfico desigual, materializando a desigualdade combinada do desenvolvimento capitalista entre países, na análise sobre o desenvolvimento urbano, passando a ser uma importante chave reflexiva para a compreensão da formação dos distintos territórios da cidade, que se conformam pela ação justaposta entre Estado, trabalhadores, organizações locais, instituições, movimentos sociais, ou seja, expressando a disputa entre as distintas classes na apropriação do espaço urbano.

No processo de apropriação do solo urbano, que vai ser marcado pela condição de classe dos sujeitos, Farage (2023, p. 107), afirma que o “processo de expansão das cidades é orientado pela segregação socioespacial, econômica e cultural, que se concretiza de forma quase ‘natural’ e sob a dimensão ideológica”. No cenário de uma construção ideológica hegemônica, que insiste em naturalizar a desigualdade, responsabilizando os sujeitos, em especial os pobres, negros e negras, e periféricos, pelas suas condições de vida, que o trabalho desenvolvido se apresenta na contramão do status quo.

Como afirma Corrêa (1995, p. 36):

A grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância básica. Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial.

É nesse sentido, que o projeto compreende o espaço da favela, como produto de múltiplas determinações. Ao mesmo tempo que os territórios são produto da divisão social e espacial do desenvolvimento capitalista, também são produto das relações sociais ali estabelecidas, o que inclui os sujeitos moradores, instituições, movimentos sociais dos territórios, e uma forte determinação da intervenção estatal. Assim, compreende-se que a organização espacial da cidade do Rio de Janeiro, obedeceu a critérios objetivos para atender à demanda do desenvolvimento capitalista e industrial, o que inclui a conformação do espaço de moradia da classe trabalhadora.

Como afirma Abreu (2008, p.35), “a partir do século XIX é que a cidade do Rio de Janeiro começa a transformar radicalmente a sua forma urbana e a apresentar verdadeiramente uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais”. É nesse contexto que tem início a conformação das favelas na cidade, sempre em espaços não disputados pelas classes economicamente dominantes, e em espaços desprovidos, inicialmente, de intervenção estatal. A estrutura do espaço urbano vai se moldando a partir das classes sociais que o ocupam, de forma a atender as demandas do desenvolvimento urbano demandado pelo capitalismo, nos diferentes tempos históricos.

É assim que as favelas na cidade do Rio de Janeiro, acabam por se caracterizar como espaços de moradia da classe trabalhadora, com territórios que recebem baixos investimentos do Estado, é marcadamente expressão do pauperismo da classe trabalhadora urbana. A partir da década de 1980, além do pauperismo, os territórios de favela passam a ser demarcados pela presença dos grupos armados que manejam o varejo de drogas ilícitas. Essa realidade marca as favelas em outro patamar social, inaugurando já no início dos anos 2000 uma realidade tão impactante e violenta, que acaba

reverberando no conjunto da cidade. As primeiras décadas dos anos 2000 são marcadas pelos conflitos armados nos territórios de favelas, seja através das disputas entre grupos distintos da venda de drogas, ou das ações da polícia contra esses grupos e outros que se fazem presentes nos territórios. A violência presente nos espaços de favela, passam a não ser mais restritas aos grupos locais, mas se expandem com a ação direta e violenta das forças policiais, ou seja, a partir da ação do Estado.

O contexto de violência que marca a cidade do Rio de Janeiro, se expande e cria reações, em especial a partir das inúmeras chacinas vivenciadas na cidade desde a década de 1990, até chegar nas chacinas mais recentes, como a do complexo da Penha em 2026, perfazendo mais de 50 chacinas, todas promovidas pelas forças policiais do Estado. A violência estatal também gera reações. E a partir das chacinas se organizam as mulheres, em sua mães, que dão origem aos grupos de Mães de diferentes comunidades, a exemplo da organização das Mães da Praça de Maio na Argentina, que teve início na luta por verdade e justiça contra a violência estatal naquele país durante a ditadura empresarial militar na década de 1970.

Na Maré, o primeiro grupo de Mães tem início em 2018, protagonizado por mulheres que tiveram filhos atingidos pela violência armada do Estado. Já em 2022 tem início o trabalho com mulheres que conjuga não apenas as que haviam sido atingidas pela violência armada, mas também mulheres que sofreram múltiplas violências por parte do Estado, seja pela ação direta, seja pela negligência. É nessa realidade que é formado o grupo Mulheres em Movimento da Maré, em 2023. A partir daí, tem início um trabalho de formação, acolhimento e mobilização, que se pauta, pela natureza da realidade social em que se insere, na pesquisa-ação e na educação popular.

Educação popular, compreendida, como afirma Silveira (2004), como um espaço para construção de um outro “NÓS”, em que as demandas coletivas sejam não só acolhidas, como mobilizadoras de novas práticas e estratégias para a reivindicação de direitos e a denúncia das inúmeras desigualdades sociais. Entre as muitas definições e indefinições sobre a educação popular na América Latina, a de Tomaz Tadeu da Silva (apud Brandão, 2002) é a mais precisa para expressar o trabalho desenvolvido com as Mulheres em Movimento da Maré.

Educação popular refere-se a uma gama ampla de atividades educacionais cujo objetivo é estimular a participação política ampla de atividades educacionais cujo objetivo é estimular a participação política de grupos sociais subalternos na transformação das condições opressivas de sua existência social. Em muitos casos, as atividades de

‘educação popular’ visam o desenvolvimento de habilidades básicas, como a leitura e a escrita, consideradas essenciais para uma participação política e social mais ativa. (Silva *apud* Brandão, 2002, p. 130). A amplitude dessa definição, expressa, em muitos aspectos, o trabalho desenvolvido e a metodologia utilizada a partir do referencial teórico do campo crítico.

O trabalho desenvolvido, partindo do referido referencial teórico, busca contribuir para o processo de formação das mulheres integrantes do projeto. Uma formação que passa pela animação para retornar aos estudos, até a construção de discursos para posicionamento público em espaços de luta e incidência política, como atos públicos, audiências públicas etc. Essa perspectiva tem rendido bons resultados, como veremos adiante. Como afirma Freire, a educação popular “estimula a presença organizada das classes populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais” (Freire, 2001, p. 102).

O trabalho de pesquisa, voltado para o levantamento de dados sobre a realidade no qual o trabalho é desenvolvido, tem um duplo aspecto. Primeiro de levantar dados que contribuam para a luta política coletiva dos moradores da Maré, em especial das mulheres atendidas, e em segunda dimensão, contribuir para a formação de estudantes de Serviço Social, a partir de uma metodologia científica dialógica, comprometida com os impactos na realidade social no qual estão inseridos, e em especial, no envolvimento dos sujeitos no processo de pesquisa e desvelamento e (re)conhecimento da realidade.

Nessa perspectiva, a pesquisa-ação, se apresenta como um referencial central para o desenvolvimento do trabalho. Entendendo a pesquisa-ação concebida “como método, isto quer dizer um caminho ou um conjunto de procedimentos para interligar conhecimento e ação, ou extrair da ação novos conhecimentos” (Thiollent, 2011, p. 8 grifo original)

No conjunto do trabalho desenvolvido, compreendemos como múltiplas as dimensões que norteiam a ação, que passa pela ampliação e fortalecimento do papel social da universidade pública, a formação crítica de discentes, a implicação dos sujeitos da comunidade acadêmica com as demandas reais da vida de segmentos pauperizados da classe trabalhadora, o que acaba por fortalecer uma relação pedagógica essencial para o exercício profissional dos assistentes sociais. Como afirma Abreu:

As relações pedagógicas concretizam-se sob a forma de ação material e ideológica nos espaços cotidianos de vida e de trabalho de segmentos das classes subalternas diretamente envolvidos no processo de prática profissional, interferindo na reprodução física e subjetiva desses segmentos e na própria constituição do Serviço Social como profissão. Por meio do exercício desta função, a prática do assistente social insere-se no campo das atividades que incidem sobre a organização da cultura, constituindo-se elemento integrante da dimensão política e ideológica das relações de hegemonia (Abreu, 2002, p. 17).

Resultados e reflexões

O modo de produção capitalista não pode ser visto somente a partir de um viés econômico, mas também social, cultural, ideológico e político, pois influencia a vida social e o espaço. A produção da vida social está vinculada ao modo de produção material, e o conjunto dessas relações forma a estrutura econômica – a base real sobre a qual se ergue a superestrutura jurídico-política. É dessa contradição fundamental entre forças produtivas e relações de produção que emergem os sujeitos concretos da história: as classes sociais. Longe de figurantes passivos, diferentes classes constituíram-se como sujeitos capazes de se organizar e se expressar. Nesse sentido, “as classes se determinam mutuamente umas em relação às outras com base em uma relação de conflito” (Bensaid, 2010, p. 96), movimentando-se de maneira multifacetada por meio de múltiplas determinações.

A experiência da classe trabalhadora é profundamente marcada pelas relações de raça e gênero – marcas não acidentais, mas constitutivas da dinâmica de acumulação capitalista. Assim, o racismo e o machismo expressam-se cotidianamente na segregação territorial, na violência policial e na “hierarquização das mortes” (Gonzales, 1984). Conforme Oliveira (2021), o racismo não é um desvio do capitalismo, mas uma de suas formas de funcionamento mais eficientes, pois fragmenta a classe trabalhadora e dificulta a formação de lutas comuns (Farage, 2026, p. 3).

Nesse ponto, as mediações de gênero impõem-se como indispensáveis à análise materialista. O espaço urbano não é neutro: desenhado a partir de uma perspectiva masculina, naturaliza a divisão sexual do trabalho e organiza a mobilidade, o cuidado e o acesso a serviços de maneira desigual. Como demonstra Leslie Kern (2021), a segregação espacial e a violência urbana atingem desproporcionalmente as mulheres – especialmente as negras e periféricas – configurando uma “geografia do patriarcado”. A questão urbana, portanto, não afeta igualmente todos os membros da classe trabalhadora: o medo, a dupla jornada, a responsabilidade pelo cuidado e a exposição à violência são determinações concretas que estruturam a experiência de classe de forma diferenciada.

No terreno político, a luta de classes envolve mediações fundamentais, entre elas o Estado, mas também as mediações raciais e de gênero. O Estado, longe de ser um conciliador, é “um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra” (Lênin, 1917, p. 4). No capitalismo dependente, ele combina repressão, consenso e gestão da pobreza, atuando diretamente na produção da segregação urbana – seja por ação (operações policiais, remoções, obras para elites), seja por omissão (falta de saneamento, creches, saúde e educação nas favelas). Como mostra Abreu (1997), as políticas públicas no Rio de Janeiro privilegiam as áreas mais ricas, aprofundando o modelo dicotômico que abandona as periferias à precariedade (Farage, 2025).

É precisamente diante desse modelo segregador e violento de cidade que a organização das mulheres assume centralidade no enfrentamento ao Estado de classes. A trajetória dessa organização não é recente. Na Maré, desde as décadas de 1970 e 1980, mulheres organizaram-se em associações de moradores, lutando por água, creches, calçamento e regularização fundiária. Foram elas que, “desde as primeiras ocupações, garantiram a sobrevivência de suas famílias e organizaram as principais lutas por moradia, saneamento, educação e saúde” (Leal; Fortunato, 2025, p. 17). Essa primeira geração de lutas já expressava a consciência de que a cidade capitalista é produzida para as elites, cabendo às classes subalternas forjar, pela organização coletiva, o acesso ao que lhes é negado.

A partir dos anos 1990, com o acirramento da violência armada do Estado – chacinas como as de Acari (1990), da Candelária e Vigário Geral (1993) – emerge uma segunda e terceira geração de organizações de mães e familiares de vítimas. Mães de Acari, Movimento Candelária Nunca Mais, Mães de Manguinhos, Mães da Maré e Mulheres em Movimento da Maré incorporam o debate racial e denunciam a violência policial como política de Estado, não como excesso localizado (Guariento, 2023, *apud* Farage, 2025, p. 24-25). A organização dessas mulheres rompe com o isolamento e a culpa individual, transformando a dor em potência coletiva – um espaço para “sair do casulo” (Farage, 2025, p. 24). Ela articula a luta por justiça individual (responsabilização, reparação) com a luta por transformação estrutural (mudança na segurança pública, fim da criminalização da pobreza, direito à cidade e à vida). Denuncia, assim, a hipocrisia de uma democracia que, nas favelas, opera como autocracia burguesa (Fernandes, 1979), suspendendo direitos sob a justificativa da “guerra ao crime”.

A trajetória política das mulheres, portanto, não se restringe a políticas públicas setoriais. Ela aponta para a necessidade de uma transformação radical das relações sociais de dominação, pois a superação do capitalismo exige a superação simultânea do racismo e do patriarcado – estruturalmente articulados à exploração de classe. Ao confrontar a violência estatal, a segregação urbana e as opressões de gênero e raça, a organização de mulheres nas favelas constrói uma práxis que antecipa formas de sociabilidade baseadas na solidariedade, no cuidado coletivo e na luta por uma outra cidade – onde todas as vidas importam. Como nos lembra Conceição Evaristo, essa luta é movida por uma “pulsão de vida” que, mesmo diante de todas as tecnologias de aniquilamento, segue criativa e pulsante, pavimentando a estrada para os que virão depois (Evaristo, 2016, *apud* Farage, 2025). A organização das mulheres, assim, demonstra que a resistência ao modelo segregador e violento de cidade é força motriz na construção de novas formas de existência – apontando para uma transformação que não pode ser parcial ou setorial, mas deve atingir a totalidade das relações sociais de dominação.

Nesse sentido, a organização das Mulheres em Movimento da Maré é a expressão de um conjunto de determinantes e marcadores que agrupou, por meio da mobilização, histórias de vida atravessadas pela violência de Estado. O trabalho de mobilização e organização, pautado na educação popular e na pesquisa-ação, permite identificar resultados concretos no grupo Mulheres em Movimento da Maré. A organização coletiva gera uma identidade entre as mulheres, ampliando a percepção sobre direitos e suas violações, assim como a busca por uma organização que pleiteia incidência política no sentido de lutar por mudanças nas políticas públicas. A desnaturalização da pobreza, a ausência de políticas públicas de qualidade, e os questionamentos em torno da forte violência do Estado no cotidiano da favela, são identificados como resultados no processo de avanço da consciência das mulheres. Esse processo também é identificado na ampliação da percepção sobre a necessidade de participar em atividades coletivas, para além das ações do grupo, tornando o ingresso em manifestações da cidade, como a Marcha das Mulheres Negras, acompanhamento de audiência de julgamento de policiais acusados de assassinar seus antes, a participação em atividades junto com outros grupos de mulheres da cidade, entre outros.

Outra dimensão que é possível identificar como produto do trabalho desenvolvido, é que a organização coletiva também impulsiona a luta pela realização de sonhos individuais. A coragem coletiva, impulsiona a mudança de projetos e a ampliação de perspectivas, como a retomada dos estudos. Mais da metade do grupo original de

mulheres retornou aos estudos, algumas para completar o ensino fundamental, outra o ensino médio e o grupo já acumula a conquista de uma universitária, que passou no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para o curso de Serviço Social em uma universidade pública. A cada conclusão de uma etapa de ensino, com mulheres em defasagem séria, é reconhecida como uma conquista individual, mas também coletiva, uma vez que é a força do grupo, que impulsiona a reorganização da vida.

São múltiplos os resultados, porque não são só as mulheres do grupo que alcançam resultados, mas também a equipe envolvida, que refina a formação profissional e aproxima os estudantes da realidade das mulheres da periferia.

Mas vale destacar, que apesar de resultados e de um bom desenvolvimento, é necessário identificar os entraves que o trabalho enfrenta, que podem ser resumidos em dois eixos. O primeiro é o pouco apoio institucional da Universidade, uma vez que não há transporte para a ida a campo e nenhum subsídio material para a realização do trabalho, sendo necessário a busca de editais para publicação e outras ações. E o segundo entrave, é a violência armada, que atinge os moradores da Maré de forma intensa, paralisando em parte o cotidiano dos moradores, e que por vezes, diante das inúmeras operações policiais realizadas no território inviabiliza as ações do projeto de extensão. Em inúmeros dias, às vezes já no caminho para a Maré, somos avisados de operações policiais, em sua maioria muito violentas, com a presença de forte armamento, carro blindado e helicóptero, o que impede a realização da atividade planejada. Em 2025, a Maré já viveu 14 dias ininterruptos de operação policial, o que acarreta o fechamento dos equipamentos públicos, inviabiliza a livre circulação dos moradores, inclusive para o trabalho, e gera muita violência, incluindo feridos e mortos.

Entre os principais questionamentos que o projeto suscita, podemos destacar o estranhamento à violência armada do Estado. Quem mais deveria proteger e garantir direitos, é o principal violador de direitos no território da favela. Essa realidade leva a uma outra questão, que é a percepção e o reconhecimento da desigualdade extrema entre os distintos territórios da mesma cidade, sustentados pela ação desigual desenvolvida pelo Estado. Alterar essa realidade pressupõem o reconhecimento da insuficiente democracia que vivemos, e da profunda desigualdade gerada pelo capitalismo na sustentação das relações sociais.

Referências:

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular na educação cidadã**. Petrópolis: Ciências Humanas/UFRJ. CD-ROM, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

FARAGE, Eblin (Org.). **Do luto à luta**: trajetórias de mulheres vítimas de violências do Estado no Conjunto de Favelas da Maré. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2025. p.228.

FARAGE, Eblin. **Estado, Território e Cotidiano no conjunto de Favelas da Maré**. Rio de Janeiro: Editora Mórula, 2023.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

JULIANO, Dayana Christina Ramos de Souza. **Relato de experiência: atuação profissional no / com mulheres em movimento da Maré**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 18ª, 2025. Anais. Salvador: 2025. p. 1-8.

REDES DA MARÉ. **Sobre nós**. Rio de Janeiro. s.d Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/quemsomos/sobre>. Acesso em 30 abr. 2026.

SILVEIRA, Maria Lídia Souza da. **Educação popular**: novas traduções para um outro tempo histórico. In: Seminário de Educação Popular Rio de Janeiro: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFRJ. CD-ROM, 2005.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo, Editora Cortez, 2011.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Permanente**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.